

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E O PERFIL DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA TUTELA COLETIVA: uma análise das ações civis públicas propostas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo entre os anos de 2007 a 2012

Graziela Prates Viol – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto
da Universidade de São Paulo
graziela.viol@usp.br
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Justiça, democracia e seletividade

A presente pesquisa visa construir um perfil de atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo no âmbito da tutela coletiva. Para tanto, busca-se responder à seguinte pergunta: qual é a postura dessa Defensoria Pública nas ações civis públicas (2007 – 2012), classificadas conforme ano de propositura, em relação ao tipo de direito tutelado? O objetivo geral da pesquisa é estudar o cenário da democratização do sistema judicial e o perfil de atuação da Defensoria paulista na tutela coletiva a partir da análise das petições iniciais das ações civis públicas, propostas por esta, no período de 2007 a 2012. Em termos de metodologia, a pesquisa se configura como exploratória e tem natureza predominantemente quantitativa. Além de revisão bibliográfica relativa ao tema da democratização do acesso à justiça sob a perspectiva da Defensoria e da relação desta com os direitos transindividuais, a pesquisa se desenvolve, principalmente, por meio da análise das petições iniciais das ações civis públicas propostas pela Defensoria paulista no período mencionado. Foram obtidas 140

petições iniciais, que foram sistematizadas em um banco de dados a fim de constatar as demandas desse período para a análise de natureza quantitativa. Em relação a essa análise, depreende-se a existência de variadas demandas em quantidade e em temas, conforme os seguintes dados: moradia (78 ações civis públicas); educação (14); pessoas presas (11); meio ambiente (9); saúde (5); patrimônio tombado (4); consumidor (3); idosos (3); ordem urbanística e participação popular (2); trabalho (2); população em situação de rua (1); mulheres vítimas de violência doméstica (1); assistência social (1); adolescentes em conflito com a lei (1); pessoas portadoras de deficiência (1); homossexualidade (1); saneamento básico (1); motivação de ato em concurso público (1) e transporte público (1). A Defensoria Pública, portanto, tem estreitado a relação entre a sociedade e a justiça e o direito.

Curriculum Vitae: Graduanda da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). Recentemente, concluiu bolsa de iniciação científica fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), intitulada “A democratização do acesso à justiça e o perfil de atuação da Defensoria Pública na tutela de direitos difusos e coletivos: uma análise das ações civis públicas propostas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo entre os anos de 2007 a 2012”, cujo período de vigência foi de 01/08/2013 a 31/07/2014. Esse trabalho foi apresentado nos 21º SIICUSP (Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP) e 22º SIICUSP, III Simpósio de Iniciação Científica da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP e III Seminário Internacional de Direito da UNISAL – Lorena.